

REQUERIMENTO Número / (.ª)

PERGUNTA Número / (.ª)

Expeça - se

Publique - se

O Secretário da Mesa

Assunto:

Destinatário:

Exmo. Senhor Presidente da Assembleia da República

Os trabalhadores das AEC - Atividades de Enriquecimento Curricular de Tondela estiveram na passada semana, dia 30 de setembro, concentrados em protesto em frente aos Paços do Concelho de Tondela. Foi o segundo dia que o fizeram, com o objetivo de serem recebidos pelo Presidente da Câmara Municipal, José António Jesus, ou pela vereadora com o pelouro da Educação, Sofia Ferreira.

O motivo do protesto prende-se com a recente notícia de que iriam ter uma perda de rendimento que ultrapassa os 20%, fruto da passagem da gestão destas AEC para uma IPSS, a Tempos Brilhantes, uma instituição que tem no seu sítio da internet dados sobre parcerias com cerca de 80 municípios, 140 agrupamentos escolares e com 150 mil alunos.

A informação da perda de rendimentos aparece com duas semanas de aulas já decorridas. Os formadores e professores consideram que foram defraudadas as promessas de manutenção das condições pré-existentes, nomeadamente com uma redução do valor por hora de 10,61 euros para 8,85 euros e com a perda da compensação de fim de contrato no final do ano letivo. Estes cortes tornam-se ainda mais problemáticos quando parte das escolas para onde se deslocam para trabalhar se encontram a mais de 20 km da sede do município, em caminhos municipais de curva e contra curva com desníveis elevados. A transferência das AECs para a gestão privada implicou inclusivamente a perda do único apoio que existia para uma deslocação, a da Escola Básica de São João do Monte que se encontra a 37 km da sede do município.

Além deste corte de rendimentos, os trabalhadores das AECs foram confrontados com a perspetiva do agravamento da sua já precária situação laboral. O contrato anterior, com o Município, já era precário - com duração de nove meses, ficando os demais três meses em situação de desemprego e, frequentemente, sem direito a prestações sociais. Segundo informações dos trabalhadores, o novo contrato, agora com Tempos Brilhantes, foi-lhes mesmo apresentado com uma exceção. Terão sido informados que no próximo ano passarão a regime de prestação de serviços, vulgo "recibos verdes". Acresce que nas reuniões que conseguiram

com técnicos da Tempos Brilhantes e com o gabinete do serviço educativo do Município, os trabalhadores afirmam ter sido pressionados para se inscreverem em cursos promovidos por esta IPSS para causarem boa impressão e evitarem que outras pessoas fossem contratadas no seu lugar.

A confirmar-se estas situações, sob o argumento da poupança de verba, a passagem das Atividades de Enriquecimento Curricular do Município para a Tempos Brilhantes representa uma desvalorização da experiência e das competências destes trabalhadores e uma promoção da precariedade com verbas públicas.

Atendendo ao exposto, e ao abrigo das disposições constitucionais e regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda vem por este meio dirigir ao Governo, através do Ministério da Educação, as seguintes perguntas:

1. Tem o Governo conhecimento deste caso?
2. Está o Governo disponível para interceder junto do município de Tondela e dos Agrupamentos afetados para uma resolução que não seja penalizadora para estes profissionais?
3. Tem o Governo conhecimento de outros casos de precariedade laboraldos profissionais das AEC ao serviço da IPSS Tempos Brilhantes?
4. Como o Governo avalia a subcontratação das AEC por parte dos Municípios do ponto de vista da precariedade laboral e da qualidade destas atividades?

Palácio de São Bento, 9 de outubro de 2020

Deputado(a)s

JOANA MORTÁGUA(BE)
JOSÉ MOURA SOEIRO(BE)